

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Sumário

Seq	ASSUNTO	Amparo Legal	Página
01	Apresentação		3
02	Identificação	DN 85-Anexo II-item 1 e Portaria CGU – item 1	4
03	Responsabilidade Institucional	Portaria CGU – item 2	5
04	Estratégia de Atuação	Portaria CGU – item 3	8
05	Gestão de Programas e Ações	DN 85-Anexo II-item 2 e Portaria CGU – item 4	10
06	Desempenho Operacional	Portaria CGU – item 5	38
07	Transferências (convênios e outros tipos (não se aplica)	DN 85-Anexo II-item 3 e Portaria CGU – item 4.1.1.3.1.2 – Tabela X	
08	Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (não se aplica)	DN 85-Anexo II-item 5 e Portaria CGU – item 7	
09	Projetos de Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal	DN 85-Anexo II-item 6 e Portaria CGU – item 7	39
10	Gastos com Cartões Corporativos (não se aplica)	DN 85-Anexo II-item 8 e Portaria CGU – Anexo C	
11	Recomendações dos Órgãos do SCI (não se aplica)	DN 88-Anexo II-item 9 e Portaria CGU – Anexo D	
12	Determinações e Recomendações do TCU (não se aplica)	DN 85-Anexo II-item 10 e Portaria CGU – Anexo D	
13	Atos relativos a Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadorias, Reforma e Pensão (não se aplica)	DN 85-Anexo 11	
14	Demonstrativo de TCE (não se aplica)	DN 85-Anexo II-item 12 e Portaria CGU – Anexo A	
15	Demonstrativos de perdas, extravios ou outras irregularidades (não se aplica)	DN 85-Anexo II-item 13 e Portaria CGU – Anexo B	
16	Demonstrativos Sintéticos das TCE's	DN 85-Anexo II-item 14	
17	Outras Informações Relevantes	DN 85-Anexo II-item 15	41
18	Declaração do Contador quanto às Demonstrações Contabéis	DN 85-Anexo III-item 1 e Portaria CGU – item 3.4	59
19	Demonstrações dos Pagamentos de Despesas de Natureza Sigilosa (não se aplica)	DN 85-Anexo III-item 7	
20	Declaração da Unidade de Pessoal	DN 85-Anexo IV	60
21	Relatórios de Correição (não se aplica)	DN 85-Anexo V-item 7 e Portaria CGU-item 3.5.1 – Anexo III	
22	Rol de Responsáveis	Portaria CGU – Anexo II	61

Apresentação

O presente documento apresenta o Relatório de Gestão 2007 da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC, órgão específico do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico.

O Relatório expõe as realizações da SETEC, na forma de programas e atividades, com base nas ações concluídas ou em curso.

A realização de tão amplo conjunto de ações só foi possível com a permanente dedicação do corpo de funcionários lotados na SETEC.

Identificação

- 1.1 Nome: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC)
- 1.2 Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo
- 1.3 Vinculação ministerial: Ministério da Ciência e Tecnologia
- 1.4 Normativo de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no D.O.U: Decreto nº 5.886, de 06.09.2006
- 1.5 CNPJ: 03.132.745/0001-00 do MCT
- 1.6 Nome e código no SIAFI: 240.115 - SETEC
- 1.7 Código da UJ titular do relatório: 240.115 – SETEC
- 1.8 Códigos das UJ abrangidas: -
- 1.9 Endereço completo da sede: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, sala 317, CEP 70067-900, Brasília, DF, Brasil, telefone: 3317-7800, Fax: 3317-7765, e-mail: setec@mct.gov.br
- 1.10 Endereço da página institucional na Internet: www.mct.gov.br
- 1.11 Situação da unidade quanto ao funcionamento: em funcionamento
- 1.12 Função de governo predominante: Ciência e Tecnologia
- 1.13 Tipo de atividade: gestão de políticas e programas para o desenvolvimento tecnológico e inovação
- 1.14 Unidades gestoras utilizadas no SIAFI:

Responsabilidades Institucionais

A SETEC tem por finalidade propor, coordenar e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, compreendendo, em especial, ações e programas voltados à capacitação tecnológica da empresa brasileira, à atração de investimentos produtivos, ao desenvolvimento industrial e à formação de recursos humanos.

Os programas e atividades sob a responsabilidade da SETEC são executados com base nas diretrizes e metas definidas na estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, que se referenciou nos desafios assumidos pelo Governo Federal no Plano Plurianual – PPA 2004-2007.

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I), com seus eixos estratégicos, definiu como um dos elementos prioritários a criação de um ambiente favorável à inovação no País, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, que tem no seu cerne a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Foram aprovados novos marcos regulatórios para a pesquisa científica no País (Lei de Inovação e Lei do Bem), incorporados novos instrumentos de financiamento à inovação e destinados mais recursos federais para investimento em programas estratégicos nas áreas de nanotecnologia e de energias alternativas.

Para executar suas atribuições a SETEC atua em duas vertentes: i) a promoção da inovação nas empresas – apoiando as atividades de pesquisa e desenvolvimento (financiamento, subvenção, incentivos fiscais), de empreendedorismo (incubadoras, parques tecnológicos, capital de risco), de extensionismo tecnológico, de infra-estrutura de serviços tecnológicos e de capacitação de recursos humanos; ii) a promoção da competitividade em setores estratégicos da PITCE – nanotecnologia, biocombustíveis, energias alternativas, recursos minerais –, estimulando e fortalecendo a capacitação tecnológica das empresas, visando a sua competição interna e externa.

A Lei de Inovação, nº 10.973, de 2004, e a Lei do Bem, nº 11.196, de 2005, constituem um conjunto de instrumentos de apoio e de incentivos fiscais que são usufruídos pelas empresas para estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos. Em 2007, foram selecionados 147 projetos para atender as subvenções da Lei de Inovação nas áreas de tecnologias da informação e comunicação, nanotecnologia, biodiversidade, biotecnologia e saúde, inovações em programas estratégicos, biocombustíveis e energia, e desenvolvimento social. No âmbito da Lei do Bem, empresas declararam despendar cerca de R\$ 2,0 bilhões em seus projetos de P&D e habilitaram-se a usufruir até R\$ 230,0 milhões em benefícios fiscais.

Responsabilidades Institucionais

O Programa Tecnologia Industrial Básica e Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade – TIB apoia propostas de capacitação e fortalecimento da infra-estrutura de serviços tecnológicos nos setores estratégicos da PITCE. Foram selecionadas propostas nas áreas de semicondutores/microeletrônica, biocombustíveis, detecção de resíduos e contaminantes em alimentos, biotecnologia, fármacos e nanotecnologia, bem como na área de prevenção e combate a incêndio e de difusão de informações tecnológicas.

O Programa de Extensão Tecnológica vem atuando na melhoria da competitividade de micros, pequenas e médias empresas (MPME), estimulando a cultura empresarial no uso de serviços de extensionismo tecnológico como apoio às atividades de desenvolvimento tecnológico incremental ou inovador na sua gestão, produto ou processo. No período de 2004 a 2007 mais de 700 empresas foram atendidas, em especial de pequeno porte.

A PITCE considerou a nanotecnologia como uma das áreas “portadora de futuro”, onde se deposita as maiores expectativas do desenvolvimento futuro da ciência e da inovação. A nanotecnologia é uma ciência revolucionária que cria novos materiais e desenvolve novos produtos e processos baseados na crescente capacidade da tecnologia moderna de ver e manipular átomos e moléculas. São surpreendentes os resultados alcançados na produção de semicondutores, nanocompósitos, biomateriais, chips, entre outros, que melhorará em grande medida quase todas as facetas da vida diária.

O Programa de Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia, criado em 2004, vem apoiando dez redes de pesquisa em nanotecnologia, projetos de pesquisa conduzidos por jovens pesquisadores, projetos de pesquisa participativa com empresas e projetos de apoio a incubadoras de empresas atuando em nanotecnologia. O Programa envolve mais de 1300 pesquisadores e cerca de 80 ICTs.

Na área de energias alternativas, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) é considerado um dos programas mobilizadores do Governo Federal. Durante quase meio século, o Brasil realizou pesquisas sobre biodiesel. Combustível renovável, ele é obtido a partir de plantas oleaginosas, como mamona, dendê, girassol, palma e soja. Pode ser misturado a óleo diesel para movimentar caminhões, ônibus, tratores etc. Outra utilização é na geração de energia elétrica, principalmente em comunidades remotas da Região Norte, substituindo o óleo diesel nas usinas termelétricas ou nos geradores locais.

Responsabilidades Institucionais

É destacado o papel da SETEC no programa, contribuindo para organizar e fomentar a base tecnológica existente no País e norteá-la para que sejam aumentadas a produtividade e a competitividade na cadeia de produção do biodiesel. As atividades de ciência, tecnologia e inovação no programa priorizam: a) a melhoria da capacitação laboratorial; b) a formação de recursos humanos e c) a criação de redes envolvendo pesquisadores e entidades de pesquisa federais e estaduais, de modo a garantir a qualidade do produto final, com rotas tecnológicas apropriadas à geração de empregos e ao desenvolvimento regional. Desde 2003 foram investidos recursos em projetos de parceria com 24 estados, descentralizando-se a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos.

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico para a Economia do Hidrogênio busca promover ações integradas e cooperadas para o desenvolvimento de tecnologias de produção de hidrogênio e de sistemas de célula a combustível, habilitando o País a se tornar um produtor competitivo nesta área. Entre 2003-2007 foram investidos recursos na formação de redes de pesquisa, na formação de recursos humanos e na melhoria da infraestrutura laboratorial, na expectativa de que a execução desses projetos leve ao desenvolvimento de tecnologia nacional, de protótipos e de patentes.

O ano de 2007 se caracterizou pela elaboração do Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, integrante do conjunto de ações no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A SETEC, responsável pelo gerenciamento da Prioridade Estratégica II - Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, participou intensamente do planejamento e elaboração das diretrizes que nortearam a definição das linhas de atuação que visam intensificar as ações de fomento à inovação e de apoio tecnológico nas empresas. Atuou também na elaboração da Prioridade Estratégica III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, especificamente nos temas que tratam de nanotecnologia, biocombustíveis, energias alternativas e petróleo, gás natural e carvão mineral.

O desafio que se coloca no momento é a execução do plano de ação definido para o período 2007-2010, criando condições favoráveis para que as empresas brasileiras acelerem de maneira significativa a geração e a absorção de inovações tecnológicas, que permitam incrementar o valor agregado de seus produtos e sua presença nos mercados doméstico e internacional.

Estratégia de Atuação

A SETEC atua na formulação e implementação de políticas públicas na área de ciência e tecnologia, na formulação e implementação de programas e projetos de ciência e tecnologia e na formulação e implementação de instrumentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico das empresas.

Para executar estas atividades se utiliza de programas estratégicos e de mecanismos de financiamento disponíveis nas agências de fomento do MCT – Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), trabalhando em articulação com órgãos e instituições do Governo e entidades parceiras do setor público e privado.

Uma agenda de trabalho anual é estabelecida contendo as atividades a serem executadas para atender as metas constantes do Plano de Ação de Ciência e Tecnologia.

As atividades de apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico são realizadas com recursos orçamentários do PPA, incluído os provenientes dos Fundos Setoriais. A SETEC participa das etapas de planejamento e definição das áreas que serão contempladas, da elaboração dos Termos de Referência relativos às chamadas públicas (editais, carta-convites, encomendas) e dos termos de convênios de cooperação técnica, acompanha o processo de seleção das propostas e a execução do projeto. Em relação à execução administrativa e financeira, esta é realizada por meio da Administração Central do MCT e das agências de fomento FINEP e CNPq.

Os programas estratégicos sob a responsabilidade da SETEC são administrados por Comitês Gestores, nos quais participam instituições de governo e entidades de âmbito nacional ou regional. Ao longo do ano a SETEC, que exerce a presidência dos Comitês Gestores, realiza reuniões para definir metas e investimentos, aprimorar as diretrizes e a estratégia de implementação, bem como promover novas alianças e interação com programas afins.

A SETEC participa também de diversas representações nacionais e internacionais em câmaras técnicas, grupos de trabalho, fóruns, comissões e conselhos, dentre as quais podemos destacar:

- Conselho Superior de Tecnologia e Competitividade da FIESP/CIESP – CONTEC;
- Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- Conselho Deliberativo da ABNT;
- Comissão Executiva Interministerial do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel;

Estratégia de Atuação

- Comitê Gestor do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel;
- Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI;
- Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI;
- Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Comitê Temáticos;
- Fóruns de Competitividade (cadeias produtivas);
- MERCOSUL – RECYT e Comissões Temáticas;
- OMC (comitês e grupos interministeriais);
- Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia – CT-ENERG;
- Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral – CT-MINERAL;
- Comitê Gestor do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI

A principal restrição à implementação das atividades sob responsabilidade da SETEC é seu quadro técnico substancialmente reduzido. São 56 funcionários, sendo 34 técnicos de nível superior – 14 analistas da carreira de ciência e tecnologia, 3 requisitados (UFES e MP), 10 temporários do processo seletivo MCT, 3 DAS sem vínculo e 4 terceirizados –, e 22 de nível médio – 5 assistentes da carreira de ciência e tecnologia, 15 terceirizados e 2 estagiários.

Está previsto para o ano de 2008 a realização de concurso público para recomposição de uma parte dessa deficiência, já que o número de vagas é pequeno em relação à lotação ideal da Secretaria.

Outra restrição é a demora na descentralização orçamentária e financeira devido aos limites imposto pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

PROGRAMA FINALÍSTICO 1388 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR

As ações da SETEC no Programa Plurianual – PPA estão inseridas no Programa Finalístico 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que tem como objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade de produtos e processos de empresas nacionais e à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias, visando a expansão da economia brasileira no mercado internacional.

O Programa, cuja gerência é de responsabilidade da Secretaria Executiva do MCT, viabiliza um novo patamar de relacionamento público-privado e uma nova institucionalidade do Sistema Nacional de C,T&I, visando acelerar o processo de capacitação de recursos humanos e de modernização tecnológica da indústria nacional, criando e consolidando nichos de mercado para produtos e processos brasileiros baseados em novas tecnologias e norteando a pesquisa básica com problemas originários de demandas concretas por novos conhecimentos ligados à realidade e ao cotidiano brasileiros, ou seja, tem em seu cerne a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

O público alvo são as empresas nacionais, estabelecidas e nascentes, de biotecnologia, de nanotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; comunidade científica e tecnológica.

A SETEC é responsável pela execução de sete ações do Programa 1388, cujos resultados são apresentados a seguir.

Gestão de Programas e Ações

DADOS GERAIS

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade de produtos e processos de empresas nacionais e à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias, visando a expansão da economia brasileira no mercado internacional.
Gerente do Programa	Secretário Executivo
Gerente Executivo	
Indicadores ou parâmetros Utilizados	<ul style="list-style-type: none">• Coeficiente de participação de pessoal técnico em atividades de P&D no total de empregados das empresas - 1/1.000• Exportações Brasileiras da Indústria de Alta Tecnologia - US\$ milhão• Número de certificados de sistemas e famílias de produtos – unidade• Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) – unidade• Número de pedidos de depósito de patentes no INPI por parte de residentes – unidade• Taxa de participação dos gastos em pesquisa e desenvolvimento na receita líquida de vendas das empresas - %
Público-alvo (beneficiários)	Empresas nacionais, estabelecidas e nascentes, de biotecnologia, de nanotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; comunidade científica e tecnológica.

AÇÕES DO PROGRAMA 1388 NA SETEC

1. Ação 4940 – Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia

A Ação 4940 tem por objetivo promover o aumento da produtividade total dos fatores da economia brasileira através da inovação pelo Programa de Assistência Técnica para Gestão do Projeto de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável. Aumentar o emprego qualificado e produção de bens de valor unitário elevado e de alto valor agregado.

DADOS GERAIS

Tipo	Atividade
Finalidade	promover o aumento da produtividade total dos fatores da economia brasileira através da inovação pelo Programa de Assistência Técnica para Gestão do Projeto de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável. Aumentar o emprego qualificado e produção de bens de valor unitário elevado e de alto valor agregado.
Descrição	disponibilização da informação organizada em micro e nanotecnologia nos diversos setores da área; recuperação e melhoria das instalações, dos equipamentos já existentes e de novos equipamentos, e instalações de rede de pesquisa e de laboratórios multi-usuários de nanotecnologia.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias – CGNT
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias - CGNT e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Gestão de Programas e Ações

Com recursos desta ação são apoiadas 10 redes de pesquisa em nanotecnologia, selecionadas em 2005, por um período de quatro anos.

1. PROJETO	INSTITUIÇÃO	UF
Simulação e Modelagem de Nanoestruturas	USP	SP
Rede de Nanofotônica	UFPE	PE
Rede Nacional de Nanobiotecnologia e Sistemas Nanoestruturados (Nanobioestruturas)	UFRN	RN
Rede Cooperativa de Pesquisa em Revestimentos Nanoestruturados	PUC	RJ
Microscopias de Varredura de Sondas – Software e Hardware Abertos	LNLS	SP
Nanotubos de Carbono: Ciência e Aplicações	UFMG	MG
Nanoglicobiotecnologia	UFPR	PR
Rede de Nanotecnologia Molecular e de Interfaces – Estágio I,II	UFPE	PE
Rede de Nanobiomagnetismo	UNB	DF
Nanocosméticos: do Conceito às Aplicações Tecnológicas	UFRGS	RS

No exercício de 2007 foram disponibilizados para a Ação 4940 R\$ 4.292.571,00 (quatro milhões duzentos e noventa e dois mil, quinhentos e setenta e um reais), repassados ao CNPq para continuidade das atividades das redes. Estes recursos foram empenhados e liquidados em 100%.

Houve uma demora na transferência orçamentária dos recursos para o CNPq, que não afetou o andamento dos trabalhos.

Metas e Resultados da Ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
8	4.292.571,00	10	4.053.582,00

Gestão de Programas e Ações

2. Ação 7391 – Implantação de Laboratórios e Redes de Micro e Nanotecnologias

A Ação 7391 tem por finalidade dotar o País de rede de pesquisa e de laboratórios para o domínio da micro e nanotecnologia.

Foi implementada por meio do Edital MCT/CNPq 10/2007, com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante financiamento a projetos que visem dar continuidade ao processo de expansão e consolidação da infra-estrutura laboratorial em nanotecnologia, de forma a: i) viabilizar a aquisição, instalação e recuperação de equipamentos multi-usuários para pesquisas, preferencialmente, multidisciplinar em nanotecnologia; ii) fomentar o desenvolvimento da pesquisa cooperativa; iii) acelerar o processo de desenvolvimento cooperativo e a geração de novos produtos e processos baseados em nanotecnologia, visando, preferencialmente, atender demandas científicas e tecnológicas de empresas.

DADOS GERAIS

Tipo	Projeto
Finalidade	dotar o país de rede de pesquisa e de laboratórios para o domínio da micro e nanotecnologia.
Descrição	construção e instalação de laboratórios, aquisição de equipamentos e de materiais de reposição, de material permanente e de software. Os laboratórios serão integrados às redes, exercendo funções dedicadas dentro das próprias redes ou o papel de laboratórios multi-usuários especializados em técnicas e procedimentos essenciais à pesquisa em micro e nanotecnologia, que estarão abertos aos usuários do país e poderão participar de projetos internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias - CGNT
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador-Geral de Micro e Nanotecnologias – CGNT e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Gestão de Programas e Ações

No PPA 2007 a Ação 7391 foi contemplada com R\$ 4.016.457,00 (quatro milhões, dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), repassados ao CNPq para serem aplicados no edital MCT/CNPq 10/2007, de acordo com os subsídios técnicos dos Termos de Referência elaborados pela CGNT.

O Edital contou com recursos orçamentários da Ação 7391, no valor estimado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), e dos Fundos Setoriais do Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO) e do Verde-Amarelo (CT-FVA), no âmbito da Ação Transversal “Consolidação de Laboratórios de Pesquisa em Nanotecnologia“, no valor estimado de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), totalizando R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais).

Dos recursos repassados foram empenhados e liquidados R\$ 3.231.493,00 (três milhões, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e três reais), equivalente a 80,46% da ação.

Foram contempladas 12 propostas (USP/IF, IMA/UFRJ, UFSC, UNESP, UFC, EMBRAPA/CNPq, UNICAMP, UFAL, UFMG, UFPEL, UFV, UFRGS). Algumas foram aprovadas com redução do orçamento solicitado.

Metas e Resultados da Ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
5	4.016.457,00	12	3.231.493,00

3. Ação 8655 – Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Micro e Nanotecnologia

A Ação 8655 visa contribuir para o aumento da competitividade da indústria nacional e o desenvolvimento econômico do País, por meio da geração de conhecimentos, produtos e processos que permitam a criação de empresas de base micro ou nanotecnológica. Trata-se de uma ação importante na medida em que incentiva jovens pesquisadores e apoia a pesquisa científica em uma área estratégica para o País.

Foi implementada por meio do Edital MCT/CNPq 09/2007, com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, visando dar continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em nanociência e nanotecnologia e o avanço do conhecimento na área. Além de projetos de pesquisa básica, experimental ou teórica, o Edital visava fomentar a inovação, mediante o apoio a projetos de desenvolvimento de novos produtos e processos baseados em nanotecnologia, bem como pesquisas sobre seus impactos éticos, sociais e ambientais.

DADOS GERAIS

Tipo	Atividade
Finalidade	contribuir para o aumento da competitividade da indústria nacional e o desenvolvimento econômico do País, por meio da geração de conhecimentos, produtos e processos que permitam a criação de empresas de base micro ou nanotecnológica.
Descrição	financiamento direto de projetos de P&D desenvolvidos, preferencialmente, dentro de uma estrutura de redes, focados na geração de conhecimentos, produtos e processos micro ou nanotecnológicos, e financiamento direto de projetos de criação de empresas de base micro ou nanotecnológicas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias – CGNT
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias - CGNT e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Gestão de Programas e Ações

A Ação foi contemplada com R\$ 1.976.009,00 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil e nove reais), repassados ao CNPq para lançamento do edital 09/2007. Foram empenhados e liquidados R\$ 1.971.449,00 (um milhão, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), equivalente a 99,77% da ação.

No Edital foram alocados recursos orçamentários da Ação 8655, no valor estimado de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), e do Fundo Setorial Verde Amarelo (CT-FVA), dentro da Ação Transversal “infra-estrutura e fomento à pesquisa científica e tecnológica”, no valor global estimado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), totalizando R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais). Os recursos dos Fundos Setoriais foram fundamentais para a superação da meta física em 180%.

A demanda bruta do edital foi de R\$ 33.382.573,06 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e seis centavos). Foram contratados 45 projetos, contemplando 10% desta demanda. Algumas propostas foram aprovadas com redução do orçamento solicitado.

Uma das restrições na implementação da ação foi o atraso no lançamento do edital, devido às mudanças ocorridas no Ministério em junho de 2007.

Metas e Resultados da Ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
16	1.976.009,00	45	1.971.446,00

Gestão de Programas e Ações

4. Ação 6225 – Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanociência e Nanotecnologia

A Ação 6225 não é de responsabilidade da SETEC, entretanto, a área de nanotecnologia foi contemplada. Visa apoiar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de nanotecnologia, bem como solucionar ou atenuar impactos sociais associados às atividades do setor.

Foi implementada por meio da Carta-Convite MCT/FINEP/Ação Transversal – Cooperação ICTs-Empresas – 06/2006, com o objetivo de selecionar propostas de interesse de médias e grandes empresas brasileiras, de modo a estimular a parceria e a interação dessas empresas com Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) para posterior apoio financeiro à realização de projetos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e/ou de inovação no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE.

DADOS GERAIS

Tipo	Atividade
Finalidade	fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de nanotecnologia, bem como solucionar ou atenuar impactos sociais associados às atividades do setor.
Descrição	financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor de nanotecnologia e também de projetos que visem minimizar ou solucionar impactos sociais provocados por atividades relacionadas ao setor. Estão incluídos apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria-Executiva
Unidade Executora	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	FNDCT
Coordenador Nacional da Ação	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Responsável pela execução da ação no nível local	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 2007 não houve contratação de novos projetos. Dos recursos constante na LOA-2007, R\$ 708.722,50 (setecentos e oito mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) foram utilizados para honrar compromissos com os 10 convênios em vigor.

Gestão de Programas e Ações

CONVÊNIOS EM VIGOR

Título do Projeto	Proponente	Executor	
		Nome	UF
Tensoativos para a modificação de argilas e a fabricação de nanocompósitos poliméricos.	FUNCAMP/ UNICAMP/ TENSONANO	UNICAMP	SP
Caracterização de nanodispersões de defensivos agrícolas	FUNCAMP/ UNICAMP/ NANOAGRO	UNICAMP	SP
Argilas Organofílicas para uso como cargas nonométricas em matrizes poliméricas	ATECEL/ UFCG/ AOUCNMP	UFCG	PE
Aplicação de nanotecnologia para o desenvolvimento de reator tipo pilha a combustível para a produção de eteno a partir de gás natural e ou biogás	COPPETEC/ UFRJ- COPPE/ PACOS	UFRJ - COPPE	RJ
Metodologia Analítica de investigação de tensoativos modificadores de superfícies e Acoplantes para nanocompósitos e nanodispersões, por EM.	FUNCAMP/U NICAMP/TEN SO-MASS	UNICAMP	SP
Nano-Emulsões	FCO/ UFMG/ NANOART EM	UFMG	MG
Microesfera e Nanoesfera de Poliuretano Biodegradável	FCO/ UFMG/ NANOARTPU	UFMG	MG
Nanocompósitos de poliolefinas	FAURGS/ IQUFRGS/ NCPO	Instituto de Química	RS
Desenvolvimento de vidro em pó com tamanho de partícula nanométrico e submicrométrico para aplicação na área de materiais dentários	FUCRI/ FUCRI/VPS	Fundação Educativa de Criciúma	SC
Lubrificação sólida em componentes para compressores II: Ferramentas para o domínio tecnológico e desenvolvimento de componentes em fase protótipo.	FEESC/UFSC /LUBSOLID-2	UFSC	SC

Para 2008 existe cerca de R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais) empenhados para os convênios firmados.

Gestão de Programas e Ações

O avanço da nanotecnologia no país deve ser compreendido como resultado de um processo contínuo dos investimentos públicos na área desde a criação do Programa Desenvolvimento da Nanociência e Nanotecnologia, em 2004. Em 2007, foram investidos 14% a mais do que em 2006. Somados aos esforços da iniciativa privada na busca de maior competitividade, registrou-se um aumento no número de universidades envolvidas com o desenvolvimento da nanociência e da mesma forma o número de empresas desenvolvendo produtos de base tecnológica. Entretanto, comparativamente, os investimentos em nanotecnologia no Brasil ficam em torno de 6% dos investimentos realizados na área pelos países desenvolvidos.

Registra-se também o aumento no número de produtos, processos e patentes em nanotecnologia (indicador de avanço do Programa). O levantamento desse indicador mostra um crescimento expressivo a partir de 2004. No final de 2006, haviam 45 produtos nanotecnológicos disponíveis no mercado ou em fase de industrialização, que beneficiaram diretamente os setores de química, petroquímica, têxtil, cosméticos e saúde. O Prêmio FINEP de Inovação 2007, etapa nacional, foi vencido por uma empresa da região Sudeste com um produto de base nanotecnológico, subsidiada pelo MCT.

É notório o aumento no número de pesquisadores em nanociência e nanotecnologia atraídos pelos recursos públicos disponíveis para a área e associado aos desafios científicos e às perspectivas oferecidas pelas nanotecnologias. Atualmente, o número de pesquisadores envolvidos é em torno de 1300, que representa um crescimento de 400%, a partir de 2003.

Gestão de Programas e Ações

5. Ação 2B41 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Economia do Hidrogênio e outras Energias Renováveis

A Ação 2B41 visa promover de modo sustentável, o desenvolvimento de tecnologia, produtos e processos para capacitar o País a utilizar hidrogênio como vetor energético, bem como incrementar a capacidade inovativa de empresas e de instituições de ensino e pesquisa, via concepção, projeto e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos em áreas ligadas às energias renováveis, com o propósito de aumentar a segurança e diversificar a matriz energética brasileira.

DADOS GERAIS

Tipo	Atividade
Finalidade	promover de modo sustentável, o desenvolvimento de tecnologia, produtos e processos para capacitar o País a utilizar energias renováveis, em particular o hidrogênio, como vetor energético, bem como incrementar a capacidade inovativa de empresas e de instituições de ensino e pesquisa, via concepção, projeto e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos em áreas ligadas às energias renováveis, com o propósito de aumentar a segurança e diversificar a matriz energética brasileira.
Descrição	Esta ação compreende: Realização de estudos e projetos demonstrativos, promoção da pesquisa e desenvolvimento e incentivo à inserção tecnológica, com vistas ao domínio das tecnologias associadas ao emprego do hidrogênio como vetor energético, viabilizando sua inserção na matriz energética brasileira; Fomento à produção e ao uso de biodiesel, integrando as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel; Fomento a projetos de geração de energia ou de biocombustíveis utilizando biomassa e/ou gaseificação; Fomento a projetos de geração de energia utilizando outras fontes de energia tais como solar, eólica, marés, etc; Fomento a projetos de biotecnologia para a produção de bioenergia.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais – CGTS
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais - CGTS

Gestão de Programas e Ações

Com os recursos destinados para a ação foram apoiados 12 projetos, totalizando um empenho de R\$1.747.755,00.

- UCS – Universidade Caxias do Sul – Projeto: “Avaliação da utilização de biodiesel e óleo vegetal “in natura” em motores estacionários, grupos geradores e tratores Agrale - Fase II”; Objetivo: Testar um motor bicilíndrico e suas aplicações em grupos geradores e tratores e desenvolver um motor monocilíndrico específico com novo sistema de injeção, alimentação e outras alterações técnicas que propiciem melhor desempenho e durabilidade com óleo vegetal. (R\$160.000,00) - 2ª parcela;
- UNB – Universidade de Brasília – Projeto: “Estudo e avaliação do desempenho e do uso de biocombustíveis craqueados”. Objetivo: Pesquisar a confiabilidade operacional e a viabilidade energética dos biocombustíveis obtidos a partir do craqueamento de óleos vegetais de dendê, da mamona e de soja, referenciados ao óleo diesel. (R\$ 486.758,00);
- INT – Instituto Nacional de Tecnologia – Projeto: “Extensão Tecnológica Industrial para a Produção de Biodiesel“. Objetivo: Complementar a infra-estrutura laboratorial para viabilização de extensão tecnológica industrial a unidades produtoras nacionais de biodiesel, auxiliando-as na combinação técnica, econômica e ambiental de seus processos e no suporte analítico para a caracterização e controle da qualidade de seus produtos, bem como na absorção de novas tecnologias (técnica, econômica e ambiental) desta produção, com a adequação dos co-produtos à aplicações que se mostrarem oportunas para valoração dos mesmos e com a minimização dos resíduos da produção. (R\$ 249.000,00);
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Projeto: “Probiodiesel – Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Combustíveis Alternativos”. Objetivo: Complementar os recursos necessários ao monitoramento do uso experimental do biodiesel B20 em frota cativa de transporte veicular. Serão monitorados 15 ônibus urbanos a diesel da frota da Viação Cidade Dutra Ltda, equipados com motores de tecnologia Mercedes Benz(Daimler), de sistema de injeção UPS, tecnologia Robert Bosch. (R\$ 120.000,00);
- UNB – Universidade de Brasília – Projeto: Evento “Célula a Combustível”. Objetivo: Divulgar os avanços ocorridos a nível mundial sobre a tecnologia de células a combustível. (R\$ 25.000,00);

Gestão de Programas e Ações

- UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Projeto: Evento “Workshop Brasil-Japão”. Objetivo: Discussão de informações atuais dos programas governamentais, da iniciativa privada e universidade, nas áreas de energia, biomassa, meio-ambiente e sustentabilidade, resíduos sólidos e líquidos e novas tecnologias aliados ao intercâmbio de pessoal, pesquisa e desenvolvimento, e à abertura de novos canais de cooperação internacional e *joint-ventures*, de interesse estratégico entre instituições japonesas e brasileiras, com a finalidade de desenvolver tecnologias e atividades empresariais para satisfazer necessidades imediatas nas áreas acima mencionadas. (R\$ 85.000,00);
- INEE – Instituto Nacional de Eficiência Energética – Projeto: Evento “VE 2007-5º Seminário e Exposição de Veículos Elétricos”. Objetivo: Divulgar o estado da arte dos veículos elétricos de variadas tecnologias que aliam alta eficiência e baixas emissões, permitindo intercambiar informações e discutir sobre o estágio atual, a evolução e as perspectivas dos vários tipos de veículos elétricos à bateria, híbridos e de célula combustível de hidrogênio no Brasil e no mundo. (R\$ 22.000,00);
- CETEM – Centro de Tecnologia Mineral – Projeto: Evento: “VI Simpósio de Rochas Ornamentais”. Objetivo: Reunir, discutir e divulgar os novos rumos da geologia dentro das atividades de pesquisa referentes à ciência da terra, num contexto de uso ambientalmente limpo. (R\$ 29.997,00);
- FAPESC – Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de Santa Catarina – Projeto: Estruturação da Rede de Pesquisa e Produção de Biodiesel em Santa Catarina. Objetivo: Desenvolver a tecnologia de produção e aplicação de biodiesel como fonte de energia elétrica e como combustível em Santa Catarina, integrando em rede diversas instituições e sistemas de pesquisa para desenvolvimento de produtos e tecnologias, condição essencial para que o estado de Santa Catarina seja o 26º estado a integrar a rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTD). (R\$ 230.000,00);
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Projeto: “Disseminação de conhecimento em Portais de Redes de Informação”. Objetivo: Aprimorar a metodologia, a tecnologia e as informações disponíveis no Portal do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, e avaliar a viabilidade da reaplicação desta metodologia no Portal da Rede APL Mineral. (R\$ 110.000,00);

Gestão de Programas e Ações

- ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – Projeto: Evento “I Congresso Internacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Carvão Mineral”. Objetivo: Em um contexto de uso ambientalmente limpo, aprimorar a disseminação dos conhecimentos tecnológicos existentes, a exposição de trabalhos em andamento no Brasil e no exterior, a promoção da “Rede Brasileira de Pesquisa em carvão mineral” e a divulgação das potencialidades do carvão mineral como fonte geradora de energia. (R\$ 200.000,00);
- UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso – Projeto: Evento “Biodiesel BR-2007 – Biocombustíveis: o Brasil no Cenário Internacional”. Objetivo: Reunir os diversos atores da cadeia produtiva de biocombustíveis para expor seus produtos e tecnologias e discutir as inúmeras oportunidades de negócios oferecidas. (R\$ 30.000,00);

Devido à redução do limite de empenho de R\$ 2.000.000,00 (autorizado na LOA) para R\$ 1.847.716,00, foi reduzido o escopo do projeto para inclusão de Santa Catarina na Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, cujo valor original era R\$ 450.000,00, passando para R\$ 230.000,00.

Os recursos financeiros empenhados e não pagos em 31 de dezembro de 2007 foram inscritos em “Restos a Pagar” em 2008.

Os avanços alcançados em P,D&I na área de energias renováveis, considerando o total dos projetos apoiados com os recursos financeiros desta Ação 2B41, bem como com os recursos dos Fundos Setoriais, administrados pela FINEP e CNPq, que lançam editais e encomendas lastreados nos subsídios técnicos dos Termos de Referência elaborados por esta CGTS, foram:

- Foram apoiadas com recursos da FINEP as implementações das redes de pesquisa do Programa de C,T&I para a Economia do Hidrogênio, incluindo a elaboração de projetos das redes que já estão contratados pela FINEP;
- Foi realizado estudo pelo Centro de Pesquisas em Energia Elétrica para levantamento da competência e das necessidades do setor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Setor de Energias Renováveis de modo a dar sustentação a um Programa Nacional de PD&I em Energias Renováveis;
- Estão em fase de execução projetos de pesquisa na área de uso do etanol como combustível aviônico de pequeno porte, incluindo a montagem de laboratório de Certificação de Motores e Kits de Conversão e Sistema de Biocombustível tipo Flex-Fuel; tais projetos permitirão a certificação de motores e seus kits de conversão que antes eram executados no exterior;

Gestão de Programas e Ações

- Projeto Bioetanol está em fase avançada no desenvolvimento de tecnologia nacional e em fase de implantação de planta em escala laboratorial para vencer o desafio da produção de álcool por hidrólise enzimática de produtos celulósicos de cana-de-açúcar, que é uma das tecnologias que podem mudar o paradigma da produção de biocombustíveis no mundo;
- Estão em fase final de pesquisa diversos projetos envolvendo tecnologias de gaseificação e combustão de biomassa, dentro do contexto das Redes de Gaseificação e Combustão, sendo que alguns projetos tais como combustão ciclônica de resíduos de madeira e gaseificação de resíduos da atividades canavieira estão despertando grande interesse do setor produtivo;
- Está em fase de consolidação a Rede Brasileira de Tecnologia em Biodiesel que vem desenvolvendo e fornecendo tecnologia e mão de obra qualificada para a cadeia produtiva do biodiesel, em perfeita consonância com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel;
- Foi realizado o II Congresso Brasileiro da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, como parte do processo de consolidação da mesma;
- Foi iniciado um amplo programa de capacitação de recursos humanos para as cadeias produtivas de biodiesel e álcool de modo a dar suporte ao crescimento da produção de etanol visando abastecer o mercado nacional e internacional e o cumprimento das metas de produção de biodiesel B2 e B5.

Metas e Resultados da Ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
12	2.000.000,00	12	668.153,00

Gestão de Programas e Ações

6. Ação 6257 – Pesquisa e Desenvolvimento para Projetos de Tecnologia Indústria Básica, Gestão Tecnológica e Serviços Tecnológicos

A Ação 6257 visa a consolidação da infra-estrutura nas áreas de metrologia, normalização e avaliação da conformidade, como suporte à inovação e competitividade, com vistas à expansão da infra-estrutura laboratorial brasileira para metrologia, ensaio e análise. As atividades de tecnologia industrial básica concentram-se ainda na difusão de informações tecnológicas, no incremento dos serviços de apoio à propriedade intelectual, no desenvolvimento e difusão de tecnologias de gestão, incluindo as tecnologias de produção mais limpa, com ênfase especial para a avaliação do ciclo de vida.

DADOS GERAIS

Tipo	Atividade
Finalidade	consolidar a infra-estrutura nas áreas de metrologia, normalização e avaliação da conformidade, e da difusão de tecnologias de gestão. Disseminar ações na área de propriedade intelectual.
Descrição	apoio a laboratórios de calibração, verificação metrológica e de ensaios que prestam serviços às empresas por meio dos seguintes instrumentos: investimento em infra-estrutura, capacitação de recursos humanos e acordos de cooperação e assistência técnica com entidades congêneres internacionais; apoio às atividades de metrologia científica; desenvolvimento de atividades para o fortalecimento e a expansão da edição de normas técnicas brasileiras alinhadas com o desenvolvimento internacional; apoio à avaliação da conformidade (inspeções, ensaios e certificações) visando a competitividade das empresas e dos seus produtos e a superação de obstáculos técnicos ao comércio.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos - CGST
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos - CGST

Com os recursos destinados para a Ação em 2007, LOA de R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais), e com limite de empenho de R\$ 440.756,00 (quatrocentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e seis reais), foram empenhados 07 projetos, totalizando R\$ 436.928,00 (quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte e oito reais).

Gestão de Programas e Ações

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – “I EXPONORMA”, 10/07, SP, Objetivo Geral: Realizar congresso e exposição de empresas ligadas a normalização com o objetivo de conscientizar a classe empresarial e a sociedade, da importância das Normas Técnicas para o desenvolvimento do país e para melhoria da qualidade de vida, apresentando a experiência do Brasil em normalização, metrologia e avaliação da conformidade. (R\$ 50.000,00);
- REMESP - Rede Metrológica do Estado de SP – “5° Concurso de Conhecimento e Aplicação de Técnicas de Medição”, SP, 09 e 10/07. Objetivo Geral: Proporcionar intercâmbio de experiências entre os participantes, facilitando o encaminhamento do processo de absorção dos profissionais da área de metrologia que possam atuar na gestão da manutenção e dos processos produtivos da empresa. (R\$ 20.000,00);
- IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – “Treinamento: Qualidade de produtos e serviços: Impactos na saúde e segurança do consumidor e no meio ambiente”. Objetivo Geral: Promover a proteção dos consumidores e a ética nas relações de consumo, contribuindo para o aprimoramento da qualidade de produtos, das normas e regulamentos técnicos, que tenham impacto na segurança e na saúde dos cidadãos e na preservação do meio ambiente; orientando consumidores sobre os seus direitos e exigindo das autoridades competentes a melhoria da regulamentação e da fiscalização. (R\$ 50.000,00);
- INPA – Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia: Depósitos de Pedidos de Patentes no Brasil e no Exterior. Objetivo Geral: realizar oito depósitos de pedidos de patentes nacionais e internacionais referentes a produtos fitoterápicos de uso farmacêutico, cosmético e de higiene pessoal, com atividade antimicrobiana, derivado semi-sintético de uso farmacêutico e com atividade antifúngica, afim de possibilitar a transferência de tecnologias e a consequente obtenção de royalties dela advindos. (R\$ 75.000,00);
- CenPRA - Centro de Pesquisas Renato Archer: LatinDisplay2007. Objetivo Geral – Realização do evento LatinDisplay 2007, integrando o XIV InfoDisplay – XI Seminário BrDisplay – IX Latin SID Seminar – IX DisplayEscola, realizado em conjunto com a Rede Brasileira de Mostradores de Informação (BRDisplay), a Rede Ibero-Americana de Mostradores de Informação e o Capítulo Latino-Americano da Society for Information Display (LTN SID Chapter), em São Paulo, de 12 a 15 de novembro de 2007, com foco na cadeia produtiva, nos fabricantes atuais e potenciais de displays, dispositivos relacionados, materiais e suprimentos, equipamentos, instrumentos e bens de produção, além do setor de P&D, buscando promover a integração desses setores. (R\$ 35.000,00);

Gestão de Programas e Ações

- ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – Parceria MCT-ANPEI para o incentivo a inovação tecnológica nas empresas visando o desenvolvimento de uma ferramenta de divulgação dos instrumentos de incentivo à inovação tecnológica. Objetivo Geral: Divulgar ao setor empresarial os instrumentos de fomento para o desenvolvimento de projetos voltados a inovação tecnológica disponibilizados pelo governo, orientando quanto à obtenção dos recursos disponíveis, sensibilizando sobre a importância da inovação tecnológica e da atividade de pesquisa e desenvolvimento. Projeto no valor total de R\$ 469.100,00, empenhado R\$ 100.000,00 em 2007 e com previsão orçamentária na ação 6846 para p/ 2008 de R\$ 369.100,00;
- FEALQ – Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz: Desenvolvimento de uma base de informações estatísticas sobre barreiras técnicas. Objetivo Geral: Desenvolvimento de uma base de informações estatísticas para a análise econômica de barreiras técnicas às exportações brasileiras, que visa subsidiar a iniciativa pública e privada com especial ênfase na expansão de oportunidades de exportação para os produtos nacionais. Projeto no valor total de R\$ 200.000,00, empenhado R\$ 75.000,00 em 2007 e com previsão orçamentária p/ 2008 de R\$ 125.000,00 (projeto não recomendado para assinatura de convênio pela CONJUR/MCT, conforme Nota CONJUR/MCT-PBF N° 1026/2007, e solicitado cancelamento da Nota de Empenho 2007NE902587, no valor de R\$ 75.0000,00 conforme Memo. N° 003/2008 – SETEC/CGIT);
- ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - Publicação do Livro Boas Práticas do XVII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e XV Workshop Anprotec. Objetivo Geral: Publicar um livro com os artigos em formato "boas práticas" aprovados para o XVII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, realizado em B.H., 09/07. A publicação destes artigos de boas práticas permitirá a orientação e capacitação dos líderes do movimento bem como fonte de pesquisas para todos os profissionais e acadêmicos que estudam este tema no Brasil. (R\$ 32.000,00);

Metas e Resultados da Ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
07	481.000,00	07	222.278,00

Gestão de Programas e Ações

7. Ação 6846 – Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação nas Empresas

A Ação 6846 tem por finalidade promover a ampliação da capacitação tecnológica das empresas e de inovação, visando à melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.

DADOS GERAIS

Tipo	Atividade
Finalidade	promover a ampliação da capacitação tecnológica das empresas e de inovação, visando à melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.
Descrição	fomento a projetos junto a instituições públicas e privadas para capacitação tecnológica e de inovação das empresas, para atuar em cenário decorrente da reestruturação econômica, mediante a articulação, implementação e desenvolvimento de parcerias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Administração Direta
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica - CGIT
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica - CGIT

Em 2007, foram destinados R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), contemplando 10 projetos.

- Fundagres – Fundação de Desenvolvimento Agropecuário do Espírito Santo – Realização do evento “III Papaya Brasil 2007: manejo, qualidade e mercado para o mamão”. 11/07, Vitória E.S. Objetivo Geral: Promover a inovação tecnológica e o intercâmbio científico-tecnológico entre pesquisadores, empresários, produtores e demais integrantes da cadeia produtiva do mamão, instituído desde 2003. Este evento se tornou um espaço de discussão dos problemas e da disseminação dos avanços tecnológicos dessa cultura no Estado. (R\$ 20.000,00);

Gestão de Programas e Ações

- SOCIESC – Programa de Extensão Tecnológica para MPMEs dos setores da PITCE em SC. Objetivo Geral: O objetivo da proposta é promover a inovação tecnológica e melhoria da competitividade de no mínimo 77 micro, pequenas e médias empresas – MPMEs dos setores da economia contemplados pela PITCE, do estado de Santa Catarina, estimulando a cultura empresarial no uso de serviços de extensionismo tecnológico com apoio às atividades de desenvolvimentos tecnológicos incrementais ou inovadores na gestão, produto ou processo. O programa contempla a transferência de tecnologia e conhecimento para as micro, pequenas e médias empresas de forma a proporcionar diferenciais competitivos para as mesmas e fortalecimento tecnológico de forma que apresentem resultados compatíveis com as exigências do mercado nacional e internacional. A SOCIESC, executora do projeto, para fortalecer o trabalho em rede no estado de Santa Catarina contará com a participação de parceiros como Fundação CERTI, SENAI e SEBRAE no planejamento e execução dos trabalhos de extensão tecnológica demandados. Também poderão ser envolvidas Universidades locais em temas específicos, Instituições Tecnológicas regionais, além de consultores especializados nos assuntos de interesse demandados. (R\$ 316.000,00) – a 1ª parcela foi colocada em restos a pagar e a 2ª, no valor de R\$ 300.000,00, está prevista para o exercício de 2008;
- PROTEC – Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica – Projeto de Consolidação e Ampliação da Rede de Entidades Tecnológicas Setorial – RETS. As Entidades Tecnológicas Setoriais - ETS são instituições de P&D estruturadas como entidades sem fins lucrativos, que exercem para um determinado setor da indústria a gestão de uma ou mais atividades como a de pesquisas e inovação, por meio da prestação de serviços técnicos, ensaios, treinamento e organização de bancos de dados de informações tecnológicas. Sob a atividade de gestão de P&D, as ETS se envolvem na busca de recursos financeiros para dar suporte de programas ou projetos. A parceria do MCT com a PROTEC visa a mobilização e a estruturação de tecnologias de setores industriais, sobretudo aqueles que são apontados pela PITCE. O trabalho consiste em organizar em rede as ETS já existentes e capacitar novas e em novas praças com o que há de mais moderno e eficiente para prestar um serviço técnico de alto nível às indústrias nacionais de qualquer porte, a fim de melhorar a qualidade e a competitividade de seus produtos. A metodologia consiste, principalmente, em realizar 3 encontros nacionais de inovação e encontros de trabalho com as ETS, com o destaque para os setores de fármacos e medicamentos, bens de capital e semicondutores e eletrônica. (R\$ 583.716,00) – recursos repassados para o CNPq executar o convênio;

Gestão de Programas e Ações

- FAPES – Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Programa de Extensão Tecnológica – Objetivo Geral: Promover a melhoria competitiva das micro e pequenas empresas (MPEs) do Estado do Espírito Santo, por meio do acesso às redes de assistência e serviços tecnológicos que forneçam soluções para gargalos existentes na gestão, produção e comercialização de seus produtos. A economia brasileira e capixaba iniciou nos últimos anos um ciclo positivo de crescimento, com recuperação do comércio internacional, consumo interno e, sobretudo, no nível de investimento produtivo, garantindo, desta forma, aumento da capacidade instalada e maiores chances deste crescimento tornar-se sustentável nos próximos anos. Entretanto, é necessário que a resposta do setor produtivo ao aumento da demanda, derivado do incremento no nível de emprego e renda da população, não fique somente no reforço da capacidade produtiva total, ou seja, possibilidade de atender um consumo maior com aumento na produção total, mas também ocorra por meio de um incremento na produtividade do setor produtivo, a qual obrigatoriamente exige a implementação de novas tecnologias de processo e produto, garantindo, assim, maiores retornos econômicos e financeiros às empresas e, conseqüentemente, aumento no investimento, emprego, renda e produção. (R\$ 504.888,00);
- ANPEI Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – Realização da VII Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica. 09/07, Salvador BA. A ANPEI realizou a Conferência com o tema “Inovação Competitividade e a Inserção Internacional. Essas conferências têm constituído significativas contribuições para o avanço da inovação no Brasil. É claro que todo o esforço para a realização desse evento se justifica pela compreensão da ANPEI de que o Brasil precisa efetivamente se tornar um país inovador e que, para tanto, principalmente em razão do estágio ainda incipiente em que nos encontramos nesse campo, é mais do que necessário criarmos situações favoráveis para a reunião e a união dos agentes inovadores brasileiros. A conferência é um fórum privilegiado para o encontro de representantes de empresas, formuladores de políticas públicas, agências do governo e instituições de C,T&I. (R\$ 82.000,00);
- APROER – Associação Pró Energias Renováveis – III Conferência de PCH - Mercado e Meio Ambiente. São Paulo, SP. Objetivo Geral: Realizar uma conferência para discutir a tecnologia e Estado da arte das Pequenas Centrais Hidrelétricas visando a aplicação desta tecnologia para o atendimento de sistemas isolados, além de discutir as questões relacionadas e geração distribuída. (R\$ 20.660,00);

Gestão de Programas e Ações

- SIF – Sociedade de Investigações Florestais – VIII Simpósio Brasileiro sobre Colheita e Transporte Florestal - 10/2007. Uberlândia – MG. Objetivo Geral: o Simpósio se tornou um espaço natural de diálogo, de construção de propostas e estratégias de aumento de produtividade, de melhoria da qualidade, de redução de custos, de aumento de competitividade e da produção sustentável e de troca de experiências, buscando-se conhecer as ações e experiências positivas, tanto no que tange a novas pesquisas e conhecimento, quanto das ações empresariais, que podem contribuir com a construção de uma política e de diretrizes para a sustentabilidade da produção florestal no Brasil e de sua competitividade internacional. (R\$ 15.000,00);
- REDETEc – Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro – ‘X Encontro De Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia’ – REPICT. Objetivo Geral: A REPICT promove pelo 10º ano consecutivo o encontro nacional para discutir as principais questões relacionadas à propriedade intelectual e à comercialização de tecnologias tratadas na agenda nacional e internacional. O X Encontro terá como foco “as novas tecnologias portadoras do futuro”, sendo tratada sob os aspectos da propriedade intelectual, do licenciamento tecnológico e das novas abordagens da inovação. A atividade pré-encontro deste ano terá como destaque a discussão de um projeto de Redes Estaduais/Regionais de Propriedade Intelectual visando o fortalecimento de uma estratégia nacional. (R\$ 20.000,00);
- UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente – Realização da I Feira de Inovação Tecnológica de Curitiba – Objetivo Geral: Promoção de debates e o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias, por meio de palestras e debates a respeito dos benefícios gerados pela aplicação da tecnologia e da inovação em políticas públicas. O projeto constitui a primeira etapa de um evento maior, de nível internacional, a ser desenvolvido no 2º trimestre de 2009, IV Mostra Interamericana de Ciência, Tecnologia e Inovação, no contexto do programa MERCOCIDADES, previsto para ocorrer em Curitiba. O evento programado envolverá também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. (R\$ 30.000,00);
- IPT – Programa de Extensão Tecnológica – Objetivo Geral: Promover a melhoria da competitividade das micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo, por meio do acesso a visitas técnicas, assistência tecnológica nos laboratórios do IPT. (R\$ 337.000,00) – repasse da 2ª parcela (final);

Gestão de Programas e Ações

- INT – Instituto Nacional de Tecnologia - O MCT descentralizou recursos para implementar o projeto “Extensão Tecnológica Industrial para a Produção de Biodiesel”, o qual visa a complementação de infra-estrutura laboratorial para viabilização de extensão tecnológica industrial à unidades produtoras nacionais de biodiesel, auxiliando-as na combinação técnica, econômica e ambiental de seus processos e no suporte analítico para a caracterização e controle da qualidade de seus produtos, bem como na absorção de novas tecnologias. (R\$ 291.000,00);
- IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade - Publicação e divulgação da Pesquisa GEM Brasil 2007. Objetivo Geral: Disponibilizar ao público os resultados da pesquisa GEM Brasil 2007 que tem como proposta aprofundar o conhecimento e a compreensão do empreendedorismo, produzindo e mantendo dados, informações e indicadores que reflitam e elucidem a realidade empreendedora no Brasil e sua compatibilidade com outros países participantes do consórcio internacional, bem como levantando e estudando os fatores intervenientes na dinâmica empreendedora no País, com vistas à obtenção de elementos para orientar e influenciar programas, políticas e ações institucionais de natureza pública ou privada. (R\$ 30.000,00);
- ABIFINA – Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e Especiais – Objetivo Geral: i) Realização de um seminário internacional em 2007, com ênfase nos novos desdobramentos do sistema Internacional de Propriedade Industrial, na elucidação das flexibilidades ainda contidas na TRIPS, as propostas relativas aos novos tratados e os acordos regionais e bilaterais de livre comércio; ii) A realização de cursos de formação em propriedade industrial, tanto no nível básico como o realizado na fase piloto, e em nível mais avançado, como sugerido por vários participantes do curso realizado. Tais cursos deverão ser complementados por estágios em indústrias e em centros de busca, tratamento e difusão de informações do tipo Cipi-qi/ABIFINA; iii) Preparação das atividades de maior impacto para suportar o processo de inovação. Fase que será constituída pela manutenção e ampliação dos serviços de divulgação de informações tecnológicas executadas pelo modelo Cipi-qi/ABIFINA, além da análise e divulgação das informações relativas a novos pedidos de patentes. (R\$ 174.550,00) – repasse da 2ª parcela (final);

Metas e Resultados da Ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
11	2.800.000,00	11	1.772.522,00

Gestão de Programas e Ações

8. Ação 0A29 – Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)

A Lei de Inovação, nº 10.973, de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, em 11/10/2005, estimula a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos na empresa privada a partir da integração de esforços entre universidades, instituições de pesquisa e empresas de base tecnológica.

A Lei de Inovação estabelece dispositivos legais para a transferência de tecnologia gerada nas instituições de ciência e tecnologia - ICTs, a incubação de empresas no espaço público e a possibilidade de compartilhamento de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos para o desenvolvimento tecnológico e a geração de produtos e processos inovadores. Além disso, foram criadas regras claras para a atuação e a mobilidade do pesquisador público nos processos de inovação tecnológica, bem como a sua participação nos ganhos econômicos resultantes.

DADOS GERAIS

Tipo	Atividade
Finalidade	promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, consideradas as prioridades da política industrial e tecnológica nacional.
Descrição	concessão de recursos financeiros sob a forma de subvenção econômica para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica com a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria Executiva Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Unidade Executora	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	FNDCT
Coordenador Nacional da Ação	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Responsável pela execução da ação no nível local	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Gestão de Programas e Ações

Além de tratar de instrumentos e mecanismos de apoio as atividades de P&D e inovação tecnológica nas empresas, foram criados e aperfeiçoados novos instrumentos como a subvenção econômica, a encomenda tecnológica, a participação minoritária do governo do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produtos ou processos inovadores, dentre outros.

Órgãos de controle e algumas consultorias jurídicas, em especial, das Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs tem criado alguns entraves a aplicação integral da Lei de Inovação devido a interpretações conflitantes com o espírito da Lei, que é o de facilitar a interação entre as ICTs e as empresas.

Com relação aos recursos para subvenção econômica, foram destinados, para o período de 2006-2008, R\$ 510 milhões, alocados da seguinte forma:

Em 2006, foram lançados, pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, três chamadas públicas: a) uma no valor de R\$ 300 milhões para apoiar prioritariamente o desenvolvimento de projetos no âmbito da PITCE; b) outra no valor de R\$ 150 milhões para a montagem de uma rede descentralizada no território brasileiro de instituições ou consórcios para o atendimento de demandas oriundas de empresas de pequeno porte; c) e outra no valor de R\$ 60 milhões, para apoiar a inserção de mestre ou doutores nas atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas brasileiras.

O primeiro edital recebeu 1.099 propostas de projeto de cerca de 900 empresas para recursos da ordem de 1,8 bilhões. O resultado desse edital foi a aprovação de 147 propostas de 132 empresas no valor de 273,7 milhões nas seguintes áreas: semicondutores e software – TV digital; semicondutores e software – aplicações mobilizadoras e estratégicas; cadeia aeroespacial, fármacos e medicamentos; biomassa/energias alternativas; nanotecnologia; biotecnologia; bens de capital; biocombustíveis e de combustíveis sólidos. Destes, foram contratados 129 projetos em 2007, no valor total de R\$ 253,7 milhões, sendo liberados neste ano R\$ 65,8 milhões.

O segundo edital recebeu 85 propostas, das quais foram pré-qualificadas 31, representando uma demanda de R\$ 362 milhões e contrapartida de R\$ 182 milhões. A partir da seleção final 17 propostas foram aprovadas (AM, MA, PI, CE, RN, PE, BA, MS, GO, DF, ES, MG, RJ, SP, PR, SC e RS). Em 2007, foram contratados 10 projetos no valor total de R\$ 131 milhões, sendo 08 liberados, no valor de R\$ 29,0 milhões. Também foi iniciada a elaboração e lançamento dos editais estaduais para as empresas, conciliando as diretrizes da PITCE com as prioridades locais, estaduais ou regionais.

Gestão de Programas e Ações

Com relação ao último edital, foram realizadas 10 rodadas de seleção e aprovadas propostas de 125 empresas.

A proposta do orçamento da União aprovada pelo Congresso Nacional em 2007, destinou recursos da ordem de R\$ 227 milhões para atender as subvenções da Lei de Inovação em ação específica do PPA – Plano Plurianual.

Em 2007, foi lançado um edital de subvenção econômica à inovação nas empresas no valor de R\$ 450,0 milhões. Foram selecionados 174 projetos em cinco grandes áreas: tecnologias da informação e comunicação; nanotecnologia; biodiversidade, biotecnologia e saúde; inovações em programas estratégicos; biocombustíveis e energia; desenvolvimento social. Destes, foram contratados 77 projetos em 2007, no valor total de R\$ 129,7 milhões, sendo liberados neste ano R\$ 12,8 milhões. Entre os aprovados, cerca de 30% (trinta por cento) são das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, percentual bem acima do alcançado em 2006, quando apenas 12% (doze por cento) dos projetos aprovados vieram destas regiões. Além disso, destaca-se o número de 103 projetos contemplados apresentados por micro e pequenas empresas.

Para 2008 a proposta do orçamento da União, em tramitação no Congresso Nacional, prevê recursos da ordem de R\$ 358,38 milhões e R\$ 2,0 milhões para atender as subvenções da Lei de Inovação e da Lei do Bem, respectivamente, em ações específicas do Plano Plurianual – PPA. Está previsto o lançamento de editais sobre a subvenção econômica da rede de consórcios estaduais relativo ao PAPPE, subvenção para micro e pequenas empresas, bem como para a inserção de mestres e doutores nas atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas. Estas ações fazem parte do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, lançado pelo Presidente da República no final de 2007.

9. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Esta ação visa apoiar as medidas necessárias à condução do Programa PITCE 1388, incluindo as despesas com custeio (passagens e diárias, despesas com o pessoal temporário e terceirizado).

Em 2007, foram empenhados R\$ 1.041.691,99 (um milhão, quarenta e um mil, seiscentos e noventa e um reais e noventa e nove centavos) e pagos R\$ 961.258,66 (novecentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

Desempenho Operacional

Os indicadores de desempenho apontados no Programa 1388 são de difícil mensuração pela SETEC. Entretanto, podemos registrar:

- a aumento no número de produtos, processos e patentes em nanotecnologia a partir de 2004;
- o aumento no número de pesquisadores envolvidos em nanociência e nanotecnologia, representando crescimento de 300% a partir de 2003;
- o aumento nos investimentos públicos de 14% em 2007, em relação a 2006;
- aumento do número de universidades envolvidas com o desenvolvimento da nanociência;
- aumento do número de empresas desenvolvendo produtos e base tecnológica;
- aumento do número de empresas declarando investimentos em P&D e habilitando-se a usufruir dos benefícios fiscais.

LEI DO BEM (nº 11.196, de 2005)

A Lei de Inovação induziu o aperfeiçoamento dos incentivos fiscais para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovações tecnológicas das empresas, constantes do capítulo III da Lei do Bem (nº 11.196, de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006).

A Lei do Bem constitui-se em novo marco legal para apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação nas empresas brasileiras. É um conjunto de incentivos fiscais usufruídos de forma automática pelas empresas:

- exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da CSLL da soma dos dispêndios classificados como despesas operacionais pela legislação do IRPJ realizados com P&D no período;
- redução de 50% do IPI devido na compra de máquinas, equipamentos ou instrumentos destinados a P&D;
- depreciação e amortização de equipamentos e bens intangíveis, respectivamente, para P&D;
- crédito de 20% (até 31/12/2008) do IRPJ retido na fonte incidentes sobre valores remetidos ao exterior para pagamento de royalties, de assistência técnica ou para serviços especializados usados em P&D;
- redução a zero da alíquota do IRPJ nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

Em 2007, pela primeira vez, de acordo com o § 7º do art. 17 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e o art. 14 do Decreto nº 5.798, de 07/06/2006, 130 empresas enviaram à SETEC/MCT as informações anuais referentes ao ano-calendário de 2006 sobre as suas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Estas empresas declararam despendido cerca de R\$ 2,0 bilhões em seus projetos de P&D e habilitaram-se a usufruir de até R\$ 230,0 milhões em benefícios fiscais. As empresas pertencem a diferentes setores e estão fortemente concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL – PDTI/PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUÁRIO - PDTA

A Lei nº 8.661, de 1993, estabeleceu incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências visando a geração de novos produtos, processos ou evidente aprimoramento de suas características.

A partir de janeiro de 2006, a Lei nº 8.661 foi revogada pela Lei do Bem, mas foi permitido que as empresas que tivessem executando PDTI/PDTA optassem por permanecer executando ou migrassem para o novo regime de incentivos fiscais instituído pela Lei do Bem.

No final de 2007, 10 empresas ainda permaneciam com PDTI/PDTA enquanto as demais migraram para o novo sistema de incentivos.

Até julho de 2007, foram investidos R\$ 155,3 milhões e usufruídos R\$ 6,4 milhões pelas empresas remanescentes e pelos 07 que tiveram seus PDTI/PDTA encerrados neste ano.

Outros Programas e Ações da SETEC

1. MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO

1.1 APERFEIÇOAMENTO DO MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO

As ações para o aperfeiçoamento do Marco Legal da Inovação iniciaram-se, no âmbito da SETEC, no 2º semestre de 2007, objetivando recolher contribuições de melhoria sobre a legislação de inovação, com consulta às seguintes instituições: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Pró-Inovação Tecnológica (PROTEC), Rede de Propriedade Intelectual, Cooperação, Negociação e Comercialização de Tecnologia (REPICT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI), Fórum Nacional de Gestores de Inovação (FORTEC) e Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

A partir das contribuições recebidas das instituições consultadas, foi realizada uma tabulação das informações sobre a Lei de Inovação (Lei nº 10.973/04 e Decreto nº 5.563/05) e Lei do Bem (Lei nº 11.196/05, Decreto nº 5.798/06 e Decreto nº 6.260/07), separando em dois grupos:

- Grupo I: Providências (assuntos que requerem ações do MCT para aperfeiçoamento da Lei)
- Grupo II: Esclarecimentos (assuntos a serem tratados em seminários e reuniões)

Algumas providências iniciais foram tomadas, como a solicitação à Receita Federal do Brasil de edição de ato normativo para permitir a aplicabilidade de um artigo da Lei do Bem. Outras ações estão sendo planejadas com vistas ao aperfeiçoamento do marco legal.

1.2 INCENTIVO FISCAL DECORRENTE DA LEI nº 11.487/2007

A Lei nº 11.487/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.260, de 2007, alterou a Lei nº 11.196, de 2005, para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas à amortização acelerada para investimentos vinculados a pesquisa e ao desenvolvimento.

Outros Programas e Ações da SETEC

Trata-se de um incentivo para estimular o financiamento de projetos tecnológicos selecionados de Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs por parte de pessoa jurídica, adicionado na forma do art. 19-A ao Capítulo III da Lei do Bem.

A SETEC participou de todo o processo de regulamentação e de elaboração da chamada pública junto com o MEC e o MDIC.

Em 2007, foi lançada a chamada pública MEC/MDIC/MCT 01/2007 para receber propostas de projetos.

2. PROGRAMA DE APOIO ÀS INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS – PNI

O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI), foi criado com o objetivo de fortalecer os esforços institucionais e financeiros de suporte a empreendimentos residentes nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos, a fim de ampliar e otimizar a maior parte dos recursos que deverão ser canalizados para apoiar a geração e consolidação de um crescente número de micros e pequenas empresas inovadoras.

Outro grande objetivo deste programa é apoiar o surgimento e a consolidação de parques tecnológicos, em diversas regiões do país, localizados em áreas próximas às universidades e centros de pesquisa, para implementação de serviços que deverão apresentar relevância tecnológica, viabilidade e sustentabilidade econômica, nas atividades industriais.

O processo de incubação é um dos mais eficazes mecanismos de formação de empresas sólidas. O fechamento prematuro de empresas no País tem sido uma das preocupações da sociedade, particularmente para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte. No Brasil, estimativas obtidas pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC indicam que a taxa de mortalidade das empresas que passam pelas incubadoras também fica reduzida a níveis comparáveis aos europeus.

O foco do programa está na demanda por capacitação, na criação de novas empresas e no apoio à estruturação de redes estaduais e regionais de incubadoras de empresas. Por meio de chamadas públicas da FINEP, de 2003 a 2006 o PNI apoiou 160 projetos com investimentos da ordem de R\$ 34,4 milhões.

Outros Programas e Ações da SETEC

O Programa é administrado por um Comitê Gestor, no qual estão representadas instituições de âmbito nacional ou regional, comprometidas com o desenvolvimento de políticas e com o fomento de incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

Em 2007, foi lançado uma carta-convite de seleção de propostas inovadoras de incubadoras de empresas na cadeia de petróleo e gás natural, desenvolvidas em estágio de pré-incubação e incubação e graduação. Os recursos não-reembolsáveis comprometidos foram de R\$ 14,0 milhões originários do FNDCT/CT-PETRO. As propostas eram direcionadas para apoiar a criação de novas empresas de base tecnológica – EBTs e/ou desenvolvimento de EBTs já incubadas. Foram selecionados 15 projetos, sendo 5 do Rio de Janeiro, 2 de São Paulo, 1 de Santa Catarina, 1 do Paraná, 3 do Rio Grande do Sul, 1 do Mato Grosso do Sul, 1 de Sergipe e 1 do Ceará.

Neste mesmo ano, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC, realizou um estudo sobre parques tecnológicos visando definir sua taxonomia e propor políticas de ciência e tecnologia direcionadas para este tipo de empreendimento.

O estudo, que se encontra em fase de finalização, busca a formulação de diretrizes capazes de auxiliar a compreensão, o planejamento, a implementação e a operacionalização de parques, de forma a torná-los elementos-chaves do processo de inovação empresarial e do sistema nacional de inovação.

Para o ano de 2008 está previsto o lançamento de uma chamada pública visando o apoio a parques tecnológicos, bem como a laboratórios e empresas situados nos parques tecnológicos.

3. PROGRAMA DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA

O Programa de Extensão Tecnológica tem por finalidade promover a melhoria da competitividade de micros, pequenas e médias empresas (MPME), estimulando a cultura empresarial no uso de serviços de extensionismo tecnológico como apoio às atividades de desenvolvimento tecnológico incremental ou inovador na sua gestão, produto ou processo.

O Programa é uma convergência de diversos programas similares, testados com sucesso no contexto de negócio das MPME, apoiados pelo MCT

e suas agências ou por outras entidades tecnológicas. Dentre eles destacamos:

Outros Programas e Ações da SETEC

- **Projeto Piloto de Extensão Tecnológica – PNE** - inicialmente implementado no setor de bens de capital, foi ampliado para atender outros setores prioritários da PITCE nos estados do RS, SC, PR, SP e na região Nordeste. Em 2007, cerca de 700 empresas, em especial de pequeno porte, foram atendidas nesta ação;
- **Programa de Apoio Tecnológico à Exportação – PROGEX** - tem como finalidade prestar assistência tecnológica às micros e pequenas empresas que queiram se tornar exportadoras ou àquelas que já exportam e desejam melhorar seu desempenho nos mercados externos.
O PROGEX apoia a adaptação de produtos ao mercado externo quanto à melhoria da qualidade e do processo produtivo, atendimento a normas técnicas, superação de barreiras técnicas, redução de custos, design e embalagens, por meio de Núcleos de Atendimento Credenciados.
- **Programa de Unidades Móveis – PRUMO** – presta serviços de avaliação da conformidade de produtos, segundo normas técnicas, testes e ensaios, e o uso de informações técnicas para a obtenção de ganhos de qualidade e competitividade, por meio de uma unidade laboratorial móvel.
- **Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT** - é um serviço de informação tecnológica que tem por objetivo facilitar o rápido acesso dos micro, pequenos e médios empreendimentos às soluções tecnológicas de baixa complexidade e em áreas específicas, bem como promover a difusão do conhecimento e contribuir para com o processo de transferência de tecnologia. O SBRT congrega diversas entidades especializadas e conta com o apoio do Sistema CNI e do Sebrae, além da interveniência técnica do IBICT.
A Resposta Técnica (RT), produto do SBRT, apresenta soluções a dúvidas e problemas empresariais por meio da busca, recuperação, análise e tratamento das informações disponíveis em fontes especializadas (documentos, bases de dados e especialistas).
O SBRT contribui para o estabelecimento de uma cultura de geração e difusão da informação tecnológica e para o desenvolvimento de negócios no setor produtivo. Além disso, permite a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, se presta ao combate à informalidade, estimulando a inclusão social.

As ações de extensão tecnológica poderão contar também com o apoio de outros instrumentos de fomento a inovação tecnológica nas MPME's, dentre eles:

Outros Programas e Ações da SETEC

- Rede Brasil de Tecnologia - portal de oferta e demanda para desenvolvimento de produtos e processos inovadores em áreas de interesses específicas (petróleo, gás, energia e agronegócios).
- Recursos Humanos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - instrumentos específicos que tratam do apoio à formação e à inserção de pesquisadores, mestres e doutores nas empresas.
- Portal Inovação - portal de oportunidades para cooperação entre empresas, institutos de tecnologia e demais organizações integrantes da cadeia de inovação interessadas em desenvolver novos empreendimentos a partir da interação com a comunidade de C&T.
- Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – PAPPE - iniciativa realizada em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa - FAP's estaduais, que busca financiar atividades de P&D de produtos e processos inovadores empreendidos por pesquisadores que atuem diretamente ou em cooperação com empresas de base tecnológica.

O PROGEX, PNE e PRUMO atenderam, em 2007, cerca de 700 empresas, em especial de pequeno porte.

O SBRT, o período de 2005 a 2007, efetuou mais de 18.500 atendimentos, registrando em seu banco de dados cerca de 7.000 respostas técnicas e 200 relatórios técnicos específicos, acessíveis no site do SBRT (<http://wbri.ibict.br>).

4. PROGRAMA TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS PARA A INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE - TIB

O Programa Tecnologia Industrial Básica e Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade (Programa TIB), tem como objetivo o fomento às ações de metrologia, normalização e avaliação da conformidade como suporte à inovação e competitividade, com vistas à expansão da infra-estrutura laboratorial brasileira para metrologia, ensaio e análise. As atividades de TIB concentram-se ainda na difusão de informações tecnológicas, no incremento dos serviços de apoio à propriedade intelectual, no desenvolvimento e difusão de tecnologias de gestão, incluindo as tecnologias de produção mais limpa, com ênfase especial para a avaliação do ciclo de vida.

Para o estabelecimento da programação 2007-2008, foram realizadas varias reuniões, envolvendo técnicos da SETEC-SEPIN-SEPED-MCT/FINEP/CNPq, CGEE, INT, INPE, CenPRA, CPqD, MDIC/Inmetro, MS/Anvisa, MAPA, ABNT e outros parceiros, para discussão e elaboração dos

Outros Programas e Ações da SETEC

Termos de Referência visando o apoio a propostas de capacitação e fortalecimento da infra-estrutura de serviços tecnológicos que atendam às prioridades dos setores de semicondutores/microeletrônica, biocombustíveis, detecção de resíduos e contaminantes em alimentos, biotecnologia, fármacos e nanotecnologia, bem como na área de prevenção e combate a incêndio e de difusão de informações tecnológicas, que contribuirão para a expansão das redes de serviços tecnológicos especializados no âmbito do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Essa agenda, constituída em parceria, resultou na aprovação de 47 projetos, com recursos dos Fundos Setoriais, no valor total de R\$ 59,7 milhões, por meio de chamadas públicas e encomendas, que tiveram como foco o fomento às atividades de:

- **Semicondutores/Microeletrônica** - foram contemplados 07 projetos nessa área, no valor total de R\$ 12,3 milhões: Capacitação da Rede de Tecnologia e Serviços de Qualificação e Certificação em Tecnologia da Informação (Rede TSQC), do CenPRA; Complementação e atualização tecnológica de laboratórios e pessoal do CPqD e do Inmetro para prestar serviços de calibração e de ensaios para o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), do CPqD; Laboratório de ensaios para o SBTVD, da PCU/RS; Laboratório de avaliação da conformidade dos receptores de sinais de TV Digital, do GENIUS; Capacitação de laboratórios brasileiros para avaliação da conformidade do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIIV), do CEITEC; Capacitação do laboratório de calibração ótica, do CPqD; e Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade de Placas de Circuito Interno (SAC-PCI), do CenPRA. Medidas recentes do Governo Brasileiro definiram o setor de semicondutores e microeletrônica como uma das prioridades da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Assim, o MCT, vem apoiando estes setores com recursos orçamentários e dos Fundos Setoriais.
- **Biocombustíveis** - foram contemplados 09 projetos nessa área, no valor total de R\$ 15,8 milhões: Confiabilidade em ensaios laboratoriais de biocombustíveis, do CERTI; Materiais de referência certificados e marcadores naturais e artificiais para avaliação da conformidade, do Inmetro; Certificação compulsória de biocombustíveis, da ANP; Programa brasileiro de avaliação da conformidade, do Inmetro; e 5 projetos para a complementação da infra-estrutura laboratorial para avaliação da qualidade do biocombustível que permitirá o aumento da capacidade das redes regionais, tendo a frente as seguintes instituições executoras: REDETEC, FURB, UNESP, UFG, UFRN e UNIFACS.

Outros Programas e Ações da SETEC

O apoio ao fortalecimento e à capacitação desses laboratórios objetiva assegurar a qualidade do biocombustível produzido, distribuído e comercializado no País, Com a crescente inserção dos biocombustíveis na matriz energética internacional e tendo o Brasil um grande potencial de se tornar um dos maiores exportadores desses produtos, os aspectos relacionados à qualidade e à metrologia são primordiais como ferramentas de apoio para impulsionar a conquista de mercados e para prevenir potenciais obstáculos técnicos ao comércio.

- **Detecção de Resíduos e Contaminantes em Alimentos** - foram contemplados 10 projetos para a capacitação dos laboratórios de ensaio do ITEP, INCQS, UFMG, USP, IBS, TECPAR, EMBRAPA, UNB, LARP e UFSM, integrantes da Rede Brasileira de Laboratórios de Competência em Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal, no valor total de R\$ 15,5 milhões.
O projeto de detecção de resíduos e contaminantes teve início com visitas de técnicos da CGST/MCT e MAPA aos Laboratórios Nacional de Agropecuária – LANAGRO, a qual identificou fragilidades na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos destes laboratórios. A partir desta referência e várias reuniões durante 2007, foi elaborado o projeto com objetivo de apoiar a estruturação e a consolidação de uma Rede Brasileira de Laboratórios e o estabelecimento de programas de avaliação da conformidade (certificação), que atendam às prioridades do setor de detecção de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal destinados ao consumo humano, de forma a contribuir para a ampliação da oferta de insumos, produtos, serviços, pessoal e sistemas certificados de acordo com procedimentos de avaliação da conformidade internacionalmente aceitos, bem como para ampliar o acesso a mercados para os produtos brasileiros.
- **Fármacos** - foram contemplados 11 projetos nessa área, no valor total de R\$ 6,5 milhões: 01 projeto para avaliação da conformidade de produtos para saúde, do INT; 06 projetos de capacitação de equivalência farmacêutica, da UFMG, UFC, UFRGS/FF, UFSM, UFRJ/FF e USP/FCF; e 04 projetos de capacitação de bioequivalência, da UNIFESP, UFSM, UFRJ e USP/FCF.
Foi identificada a necessidade do apoio ao fortalecimento da infraestrutura laboratorial da REBLAS, a partir de fragilidades apontadas em seu sistema de análises laboratoriais para garantia da segurança e eficácia de medicamentos e produtos para saúde, e após várias reuniões com técnicos da CGST/MCT e do Ministério da Saúde.

Outros Programas e Ações da SETEC

- **Biotecnologia** - foram contemplados 08 projetos nessa área, no valor total de R\$ 6,6 milhões: 01 projeto de insumos para genômica e proteômica, da UNESP/FCAV; 02 projetos de certificação de animais de experimentação, da FIOCRUZ e UNICAMP/CEMIB; e 05 projetos que contribuirão para a expansão da Rede de Centros de Recursos Biológicos, EMBRAPA, FIOCRUZ, UFMG/ICB, SAA/IB e UFPE. Neste segmento foi agregado ao apoio à Política de Desenvolvimento da Biotecnologia de que trata o Decreto nº 6.041 de 08/02/2007, o esforço nacional de instituir no Brasil uma Rede de Recursos Biológicos. Além da necessidade e importância deste segmento para a infra-estrutura tecnológica industrial do país, este esforço é consequência de projeto conjunto do Brasil com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE, para inserção do país em Rede Internacional de Recursos Biológicos. Neste sentido, em continuidade aos projetos de construção desta Rede no Brasil, que já vinham sendo executados com a participação da CGST/MCT e apoio financeiro da FINEP, realizaram-se durante 2007, diversas reuniões com os gestores da Rede, visando sua expansão.
- **Difusão de Informações Tecnológicas** - foram destinados R\$ 2 milhões para apoiar a consecução da 2ª etapa do projeto que visa a consolidação, a manutenção e a ampliação do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), por meio da expansão da rede de instituições parceiras, aprimoramento dos modelos, metodologias, produtos e serviços desenvolvidos, realização de estudos setoriais para a identificação de necessidades e indução de demandas por informação tecnológica, fortalecimento da infra-estrutura, desenvolvimento de programas de capacitação à distância para agentes de extensão tecnológica, expansão do atendimento para setores específicos, em especial, os setores de agronegócios e alimentos, e o atendimento aos arranjos produtivos locais. Fazem parte do SBRT a Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro (Redetec), o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), a Rede de Tecnologia da Bahia (Retec), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT/UnB), o Disque-Tecnologia da USP, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (Senai/RS).

Esta encomenda resultou da articulação realizada ao longo do ano para a expansão do SBRT. Foram realizadas reuniões entre os financiadores do Serviço, MCT e Sebrae, com o Comitê de Coordenação Interna do SBRT para discussão sobre a ampliação do Serviço de forma a aumentar a capilaridade do mesmo e expandir sua oferta. Foram discutidos os procedimentos de inserção dos

Outros Programas e Ações da SETEC

novos parceiros, em especial o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-DN) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No novo formato da SETEC, o SBRT será executado junto com as ações de Extensão Tecnológica.

- **Prevenção e Combate a Incêndio** - foi destinado R\$ 1 milhão para apoiar a 2ª etapa do projeto “BRASIL SEM CHAMAS” a ser executado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Esta encomenda tem como objetivo realizar um conjunto de diagnósticos e avaliações críticas preliminares sobre as questões relativas ao combate e prevenção de incêndios e suas causas correlatas, com vistas a delinear o programa de fomento à área, compreendendo os aspectos de tecnologia industrial básica, definindo suas prioridades, visando o desenvolvimento tecnológico e inovação. Esta segunda etapa será complementada com o estudo do meio rural, florestal e marítimo, enquanto a primeira está se atendo ao meio urbano.

Para os anos subseqüentes, as ações de metrologia, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade estarão inseridas no componente serviços tecnológicos do SIBRATEC.

4.1 NORMALIZAÇÃO EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uma das vertentes da atuação da SETEC, no campo da normalização, tema este que é parte integrante da agenda do Programa Tecnologia Industrial Básica do MCT, ocorreu por meio da participação nas discussões sobre novas normas. A normalização, tanto internacional quanto nacional, em responsabilidade social, teve especial destaque devido ao seu importante papel para a promoção da competitividade responsável das nações e do desenvolvimento econômico sustentável.

Ao longo do ano, a participação do MCT se deu nas discussões no âmbito da Comissão Especial de Estudos Temporária (CEET/ABNT) de Responsabilidade Social e na quinta reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade Social da International Organization for Standardization (ISO/TMB/WG SR), realizada em Vienna, Áustria, no período de 05 a 09 de novembro de 2007, que teve como pauta a discussão do terceiro rascunho da norma ISO de Responsabilidade Social.

Outros Programas e Ações da SETEC

4.2 TECNOLOGIA DE GESTÃO

Entende-se por Tecnologias de Gestão um conjunto de metodologias e técnicas organizadas na forma de um sistema de gerenciamento que busquem o alcance de objetivos estratégicos e operacionais de uma organização ou do ambiente onde se está atuando.

A SETEC participa do Conselho das Partes Interessadas - ConPI, órgão consultivo e de assessoramento estratégico e técnico do Conselho Superior no direcionamento do Movimento Brasil Competitivo, destacando a contribuição na elaboração do Plano Estratégico daquela instituição.

4.3 AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA

Todo o produto causa de alguma forma um impacto sobre o meio ambiente. Esse impacto pode ocorrer durante a extração das matérias-primas utilizadas no processo de fabricação do produto, no próprio processo produtivo, na sua distribuição, no seu uso, ou na sua disposição final.

A Avaliação do Ciclo de Vida é uma técnica para avaliação dos aspectos ambientais e dos impactos potenciais associados a um produto, compreendendo as etapas que vão desde a retirada da natureza das matérias-primas elementares que entram no sistema produtivo (berço) até a disposição do produto final (túmulo), considerando inclusive (a lista que segue não é exaustiva): a produção de energia; os processos que envolvem a manufatura; as questões relacionadas com as embalagens; o transporte; o consumo de energia não renovável; os impactos relacionados com o uso, ou aproveitamento; o reuso do produto ou mesmo questões relacionadas com o lixo ou recuperação/reciclagem.

Essa iniciativa compreende o apoio ao desenvolvimento de um banco de dados para Inventários do Ciclo de Vida (ICV), ações envolvendo a reciclagem, bem como ações visando a incorporação de tecnologias de produção mais limpa em empresas de pequeno e médio porte.

A exemplo do que ocorre em diversos países, onde esses bancos são formados com investimentos públicos e privados, o MCT iniciou, em 2006 a construção de um Banco de Dados brasileiro para suporte aos Inventários do Ciclo de Vida, por meio de parceria com diversas instituições, que deverá incluir a definição de um formato básico para o repositório físico das informações; o estabelecimento de uma metodologia de coleta e validação; a coleta de dados, a ser realizada por grupos de trabalhos em instituições parceiras da Academia e Indústria; a validação dos dados, com o objetivo de

Outros Programas e Ações da SETEC

garantir a qualidade do banco de dados e a capacitação dos principais envolvidos no projeto.

Compõem o projeto o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), como proponente, executor e co-executor. Além disso, o projeto inclui outras entidades tais como Inmetro, ABNT, Abipti e INT como parceiros.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas reuniões entre os especialistas do projeto acerca do formato a ser adotado no Banco de Dados brasileiro. A partir da escolha do formato ELCD, foi apresentada uma proposta de parceria entre o IBICT e a Joint Research Commission (JRC) da União Européia, instituição pertencente a comissão européia e responsável pela gestão do formato ELCD de inventário de ciclo de vida de produtos.

Para execução das atividades, foi firmada uma parceria com a PE International, uma empresa vinculada a universidade de Stutgard/Alemanha e especializada em estudo de ACV, culminando em diversas atividades de intercâmbio entre especialistas brasileiros e estrangeiros para absorção da metodologia.

Adicionalmente, o MCT apoiou a realização da Conferência Internacional de Ciclo de Vida, que ocorreu de 26 a 28 de fevereiro de 2007, em São Paulo, onde foram apresentados trabalhos de destaque por participantes brasileiros e estrangeiros.

Por solicitação do Secretário da SETEC, o MCT, em conjunto com o IBICT e o Inmetro estão estudando uma proposta de governança e sustentabilidade do projeto.

5. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - NITs

A Lei da Inovação dispõem em seu Art.16 que as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) deverão dispor de núcleo de inovação tecnológica com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Os Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs tem por objetivos promover a capacitação de recursos humanos na área de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, atuar na identificação, proteção e divulgação de resultados de pesquisa e de tecnologias passíveis de exploração comercial, zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia, como determinado na Lei da Inovação, em seu Art. 16, bem como

Outros Programas e Ações da SETEC

fazer a interface entre a ICT e o mercado no estímulo à inovação tecnológica, por meio da negociação de projetos e demais atividades de transferência de tecnologia.

Em função da Lei de Inovação, o MCT destinou recursos para a criação e o fortalecimento de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), esforço esse que se soma à estratégia de fomento aos Núcleos de Apoio à Propriedade Intelectual e aos Escritórios de Transferência de Tecnologia.

De 2002 a 2004, no âmbito do Programa Tecnologia Industrial Básica (TIB), com recursos do Fundo Verde Amarelo, foram apoiados 52 projetos, em todo o território nacional, com vistas a implantação e o fortalecimento de Núcleos de Apoio ao Patenteamento e de Escritórios de Transferência de Tecnologia. Os núcleos estariam voltados para a prestação de serviços de assistência técnica e informação sobre Propriedade Intelectual e questões associadas e os escritórios teriam como objetivo atuar na interface entre empresas e instituições de P&D na identificação de resultados de pesquisa com potencial de aplicação comercial.

Em 2006, com recursos oriundos dos Fundos Setoriais, no valor de R\$ 8,28 milhões, foram selecionados 22 projetos de implantação e fortalecimento de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), nas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), conforme definido pela Lei de Inovação. As instituições contempladas se comprometeram a participar de uma rede de núcleos congêneres de âmbito nacional para promover o fortalecimento das atividades de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, bem como o aprimoramento dos modelos de gestão dos NIT. Esse apoio contribuiu para a criação do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), criado em 2006, cuja abrangência é nacional e para o fortalecimento da Rede de Propriedade Intelectual, Cooperação, Negociação e Comercialização de Tecnologia (REPICT), criada em 1998 e tem sua abrangência restrita ao Estado do RJ.

O art. 17 da Lei de Inovação determina também que as ICT informem ao MCT, 3 meses após o ano base a que se refere, quanto à política de Propriedade Intelectual, às criações desenvolvidas, às proteções requeridas e concedidas, e aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados. Os dados informados, referentes ao ano base 2006, são:

Outros Programas e Ações da SETEC

Total de ICT = 41

Região: SE - 27 (66%)
S - 5 (12%)
CO - 4 (10%)
N - 3 (7%)
NE - 2 (5%)

ICT Pública = 38 (93%)

Federais - 32
Estaduais - 6

ICT Privada = 3 (7%)

Política de PI

Implantada: 18 (44%)
Em Implantação: 23 (56%)

Executor da Política de PI

NIT: 22 (54%)
ICT diretamente: 17 (41%)
Outros: 2 (5%)

Royalties das empresas = R\$ 810 mil

Com exclusividade: R\$ 595 mil (73,5%)
Sem exclusividade: R\$ 100 mil (12,3%)
Outras situações: R\$ 115 mil (14,2%)

6. PROGRAMA NACIONAL DE SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA A INOVAÇÃO – PRO-INOVA

O MCT, por meio da SETEC, vem discutindo ações no sentido de disseminar a importância da inovação no desenvolvimento econômico e social do País. Essas discussões, a partir da articulação e da integração entre as diversas instituições que conduzem iniciativas com esse fim, estão delineando o Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação – Pro-Inova, que tem como objetivos articular, sensibilizar, conscientizar e mobilizar os empresários e a sociedade para a importância da inovação; divulgar os programas e instrumentos de apoio à inovação junto às empresas; assim como estimular e apoiar as empresas na identificação e utilização dos instrumentos e programas mais adequados às suas necessidades.

O Programa está estruturado em rede, de forma a envolver as principais entidades públicas e privadas comprometidas com o tema inovação, com vistas a somar esforços e garantir a capilaridade necessária e a capacidade de aglutinação das empresas e dos demais atores do público-alvo que se quer atingir.

Foi iniciado o mapeamento das ações de divulgação, sensibilização e mobilização que se referem ou tenham afinidade com o tema da inovação. Para tanto, solicitou-se às instituições informações acerca de eventos, cursos e programas para o ano de 2008.

Outros Programas e Ações da SETEC

Com o objetivo de adotar o Portal Inovação como referência do Programa, foram realizadas reuniões, com a participação de técnicos desta Secretaria, do CGEE, da ABDI e do Instituto Stela - instituição executora do projeto, para a apresentação dos objetivos do Programa, do projeto de desenvolvimento do Portal, e de adequação do Portal às necessidades do Pró-Inova.

Estão em desenvolvimento ações como a constituição de um comitê gestor do Programa, a elaboração do plano de comunicação, o desenvolvimento de uma identidade visual do Programa, entre outras.

7. PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO – PPB

O PPB é um conjunto mínimo de operações no estabelecimento fabril que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto, incidindo nas operações de industrialização, transformação, beneficiamento, montagem e acondicionamento. As empresas que se enquadram no PPB gozam de benefício fiscal concedido pelo governo federal na forma de redução da alíquota de IPI. Além disso, alguns estados também concedem benefícios relativos ao ICMS. Esses benefícios são concedidos somente às empresas que investem em tecnologia própria para desenvolver e produzir equipamentos, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico nacional e para o crescimento econômico do País.

Em 2007, foram aprovados 69 Portarias Interministeriais para regulamentação de produção de vários produtos na Zona Franca de Manaus, com destaque para os seguintes setores:

8. FUNDOS SETORIAIS

Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, criados a partir de 1999, são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País. Há 16 Fundos Setoriais, sendo 14 relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infra-estrutura de ICTs (Infra-estrutura).

A SETEC exerce a presidência do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia (CT-ENERG) e do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral (CT-MINERAL).

Outros Programas e Ações da SETEC

O CT-ENERG é destinado a financiar programas e projetos na área de energia, especialmente na área de eficiência energética no uso final. A ênfase é na articulação entre os gastos diretos das empresas em P&D e a definição de um programa abrangente para enfrentar os desafios de longo prazo no setor, tais como fontes alternativas de energia com menores custos e melhor qualidade e redução do desperdício, além de estimular o aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional. Sua fonte de financiamento é de 0,75% a 1% sobre o faturamento líquido de empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O CT-MINERAL é focado no desenvolvimento e na difusão de tecnologia intermediária nas pequenas e médias empresas e no estímulo à pesquisa técnico-científica de suporte à exportação mineral, para atender aos desafios impostos pela extensão do território brasileiro e pelas potencialidades do setor na geração de divisas e no desenvolvimento do País. A fonte de financiamento é 2% da Compensação Financeira do Setor Mineral (CFEM) devida pelas empresas detentoras de direitos minerários.

9. PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL - PNPB

No âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), coordenado pela Casa Civil da PR, o MCT coordena a ação de Desenvolvimento Tecnológico, onde foi criada a Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB), que tem como objetivos a criação de um sistema de gerenciamento e de comunicação entre os diversos atores envolvidos, assim como desenvolver projetos cooperativos que busquem aumentar a produtividade e agregar valor à cadeia produtiva do biodiesel, atendendo às premissas do PNPB e otimizando a aplicação dos recursos. A implantação da rede permitiu envolver mais de 50 instituições de P&D, cerca de 200 pesquisadores e algumas empresas parceiras, envolvendo 26 Estados da Federação.

No período 2006 a 2008, estão sendo investidos um total de R\$ 32 milhões no desenvolvimento das pesquisas que devem ser finalizadas em 2009, com recursos dos fundos setoriais.

A RBTB trabalha a partir de seis eixos principais de pesquisa:

- **Agricultura:** ações de pesquisa sobre produtividade e viabilidade técnica de oleaginosas com maior densidade energética das quais ainda não se tem conhecimento aprofundado para compor um sistema de produção voltado ao biodiesel, como por exemplo a naboforageira, o pinhão manso e as palmáceas. As ações nesta

Outros Programas e Ações da SETEC

linha de pesquisa são planejadas e executadas em conjunto com a Embrapa;

- **Armazenamento:** estudos dos critérios e formas de armazenamento do biodiesel e das misturas (biodiesel e diesel), assim como o desenvolvimento de aditivos visando o alcance das condições ideais de condicionamento do produto. Visa também desenvolver conhecimento sobre a estabilidade, vida útil, sensibilidade a contaminação a água e propriedades a frio do novo combustível;
- **Caracterização e Controle de Qualidade:** desenvolvimento de metodologias para análise e controle de qualidade, para dar maior praticidade e economicidade ao produto. Com vistas ao início da obrigatoriedade do uso do B2, a partir de 2008, o Ministério da Ciência e Tecnologia investiu, durante o ano de 2007, na readequação de 32 laboratórios de análise de combustíveis contratados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o trabalho de controle de qualidade e na formação de profissionais;
- **Co-produtos:** estudos quanto ao destino e uso dos co-produtos (glicerina, torta, farelo etc.) advindos da produção do biodiesel, visando agregar valor ao novo combustível e criar outras fontes de renda para os produtores de biodiesel;
- **Produção:** desenvolvimento (otimização) de tecnologia para produção de biodiesel em laboratório e em escalas adequadas às produções locais de óleo. O objetivo é otimizar as operações e processos de produção do biodiesel, com redução de custos e melhor eficiência de conversão e energética com a utilização da rota etílica;
- **Ensaio e Testes de Motores:** em parceria com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) e com o Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores) estão sendo feitos testes em motores e veículos para aprovar o uso do B5, mistura prevista na legislação federal para tornar-se obrigatória a partir de janeiro de 2013. Os testes de bancada consistem em 4 motores que estão sendo avaliados quanto ao desempenho, durabilidade e emissões, com misturas do B5 a B100. Os testes de campo estão em fase de execução com biodiesel de soja ou de mamona. Estão sendo testados 44 veículos em localidades diferentes do país, cuja soma da quilometragem rodada já está acima de 1.000.000 km. A expectativa é que já se tenham resultados consolidados que permitam um posicionamento da indústria automobilística até dezembro deste ano.

Outros Programas e Ações da SETEC

10. PROGRAMA DE C,T&I PARA A ECONOMIA DO HIDROGÊNIO

Iniciado em 2002 com a denominação de PROCAC – Programa de Células a Combustível, tem por objetivo promover ações integradas e cooperadas para o desenvolvimento de tecnologias para a produção de hidrogênio e de sistemas de célula a combustível, habilitando o País a se tornar um produtor competitivo nesta área.

O Programa foi implantado com o estabelecimento das redes de pesquisa e respectivas coordenações, o que envolveu a articulação de 40 laboratórios de 20 universidades e centros de pesquisas, os quais, até então, conduziam seus trabalhos de forma independente. Estão sendo realizadas ações de apoio à infra-estrutura laboratorial, de formação de recursos humanos e de harmonização das atividades dos diversos grupos de pesquisa, com a elaboração dos projetos das redes que já estão contratados pela FINEP. A expectativa é que a execução desses projetos leve ao desenvolvimento de tecnologia nacional, protótipos e patentes na área.

11 PARTICIPAÇÃO EM FORUNS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

11.1 REUNIÃO ESPECIALIZADA EM C&T DO MERCOSUL – RECyT

A SETEC atuou, no primeiro semestre de 2007, na coordenação e articulação dos temas em desenvolvimento nas comissões de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Apoio ao Desenvolvimento das Biotecnologias, e da Sociedade da Informação.

Dentre os temas em desenvolvimento, destacamos o Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia, que envolve todos os países membros e associados do Mercosul. É uma atividade conjunta da RECyT, MCT, UNESCO, PETROBRAS e Movimento Brasil Competitivo – MBC. A edição 2006, abordou o Tema Tecnologias para Inclusão Social, que recebeu um total 305 trabalhos..

Essa Secretaria executou ações de articulação e elaboração do regulamento do prêmio; coordenou a divulgação do Prêmio, feita por meio eletrônico e por meio do envio de cartazes para instituições de ensino e organizações no Brasil e países do Bloco; assim como a concepção e organização da cerimônia de lançamento da chamada, realizada na Sala dos Conselhos, deste MCT. Os trabalhos foram avaliados por uma comissão julgadora, composta por um especialista de cada país membro do Bloco e da Venezuela, que se reuniu em Brasília. A cerimônia de entrega do Prêmio, realizada em 20 de junho, em Assunção, Paraguai, contou com a presença do

Outros Programas e Ações da SETEC

Secretário Executivo deste MCT, dentre outras autoridades do Brasil e dos países membros do Bloco.

A SETEC também participou das discussões do Grupo de Trabalho responsável por elaborar a proposta de um Programa Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL. O documento foi dado como finalizado e enviado para as coordenações nacionais da RECyT para aprovação pelos ministros e altas autoridades daqueles países. Deverá, ainda, ser levado ao GMC para aprovação. As discussões para definição das áreas prioritárias, assim como as ações que deverão ser desenvolvidas foram iniciadas na XXXVII RECyT, realizada no mês de junho em Assunção, Paraguai.

Desde o segundo semestre de 2007, as ações operacionais da RECyT estão a cargo da ASSIN.

11.2 OUTROS FÓRUNS

A SETEC representou o MCT, durante 2007, em diversos fóruns governamentais associados, tais como o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO); o Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC); o Comitê Brasileiro de Metrologia (CBM); o Comitê Brasileiro de Normalização (CBN); e o Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR); entre outros fóruns que tratam de matérias diversas associadas a saúde, segurança, meio ambiente e defesa do consumidor, de interesse das políticas industrial e de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

Representação das posições da Secretaria e articulação com diversos Ministérios envolvidos em negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio; participação em reuniões de negociações de temas relacionados com o comércio internacional de serviços, tais como regulamentação doméstica e outros; e participação nas reuniões do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (CTBT) da OMC, com o objetivo de subsidiar a formulação de ações no campo da metrologia, normalização regulamentação técnica e qualidade, com vistas à prevenção e superação de obstáculos técnicos ao comércio.

Revisão de documentos produzidos por entidades como OMC, UNCTAD, OCDE, outros, no que diz respeito aos diversos temas de responsabilidade desta Secretaria, assim como a proposição de alterações.